



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS**

ARIELA THAYNÁ DE SOUZA ARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO ESCOLAR PARA PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS**

**ABAETETUBA - PA
2019**

ARIELA THAYNÁ DE SOUZA ARIAS

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS AUTISTAS:
ESTUDO DE CASO ACERCA DA INCLUSÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba, como item parcial para obtenção do título de licenciada plena em Pedagogia, sob orientação do Prof^o. Dr. Bruno Rodrigues.

ABAETETUBA - PA
2019



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAECS**

ARIELA THAYNÁ DE SOUZA ARIAS

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS AUTISTAS:
ESTUDO DE CASO A CERCA DA INCLUSÃO.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rodrigues dos Santos

Membro examinador: Vivian da Silva Lobato

ABAETETUBA - PA
2019

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me concedeu a força necessária para chegar até aqui. A minha mãe por ter sido inspiração e motivação durante minha árdua jornada cotidiana em busca da minha formação acadêmica. Ao meu pai por ter me fortalecido e ter sido sempre o combustível para a realização dos meus sonhos. Aos meus irmãos, família e ao meu companheiro, por sempre torcerem por mim.

Costumo pensar o quanto precisamos ser gratos por todas as conquistas de nossas vidas, por menores e mais simples que sejam. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelo dom da minha vida, por ter me concedido a força necessária para chegar até o presente momento. Foram dias difíceis, acordar durante todos eles as 04h45min da manhã, sair de casa as 05h30min e enfrentar rotineiramente uma viagem de 2 horas para chegar a Abaetetuba, não é fisicamente e psicologicamente fácil. Durante a graduação, a certeza que a força que me impulsionava para seguir em frente era proveniente do alto só aumentou, mesmo que falar de Deus em um ambiente científico seja algo desafiador, acredito que sem Ele não seria possível chegar até aqui.

Agradeço também por duas pessoas essenciais na minha vida, minha mãe, Telma Souza e meu pai Armando Arias, sem dúvida nenhuma não poderia ter enfrentado toda essa jornada sem a ajuda, compreensão e incentivo deles. Antes talvez o sentimento de orgulho não existisse em mim por ter tido a alegria de ter a mesma profissão que eles, sim sou filha de mãe e pai pedagogos formados e hoje poder seguir a trajetória deles é motivo de orgulho para mim. Não posso deixar de agradecer ao meu pai por ter tido a experiência de vivenciar um pequeno tempo da graduação ao seu lado; estudamos juntos, debatemos juntos, fizemos trabalhos juntos e todas essas vivências foram fundamentais para minha construção enquanto pedagoga, acadêmica e principalmente enquanto filha. Agradeço minha mãe por ter sido minha grande inspiração para olhar a educação especial de uma maneira tão única, ver seus esforços cotidianos tão de perto me permitiu ter a consciência do quanto precisamos ser profissionais humanizados diante dessa realidade tão singular. Obrigada mamãe e papai por todo esforço e amor que vocês me deram, sem vocês não estaria aqui.

Agradeço aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, principalmente nos momentos onde a dificuldade pareceu ser maior que a vontade de continuar lutando. Gostaria de agradecer especialmente aos meus avós que foram o suporte para os dias em que a solução parecia não vim. Gostaria também de agradecer ao meu companheiro, que nos dias mais difíceis esteve ao meu lado me acolhendo quando o cansaço parecia ser maior do que a força de vontade para continuar e que além disso sempre me deu total apoio para não desistir desse sonho.

A jornada acadêmica torna-se mais leve diante das lutas compartilhadas ao longo do tempo. Gostaria de agradecer a turma de Pedagogia 2015 – Manhã por compartilharmos grandes experiências que tornaram esse período repleto de alegria e bons momentos que serão lembrados durante grande parte da minha vida. Gostaria de agradecer em especial às minhas companheiras de grupo Elicléia Evangelista, Rafaela Xavier e Marcileide Vieira pela amizade e companheirismo ao longo da graduação. Agradeço também a cada docente que passou por nossa turma, por cada ensinamento deixado e por cada reflexão em busca da melhoria da educação em nosso país.

Agradeço ao meu orientador por todos os ensinamentos dados para a construção deste trabalho e pelas reflexões feitas, que me motivaram a repensar as diferentes realidades que enfrentarei cotidianamente durante o exercício da profissão que escolhi.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que me ajudaram de forma direta ou indireta para que esse trabalho pudesse se concretizar. Além disso, agradeço a todos aqueles e aquelas que se fizeram presentes nesse período de graduação, principalmente aos que me auxiliaram para chegar até o final dessa etapa.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. [...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Maria Mantoan

RESUMO

Este trabalho é proveniente de um estudo direcionado a perspectiva acolhedora dentro do ambiente escolar e foi realizado com duas famílias de crianças autistas. Possui como objetivos principais entender os efeitos que o modo de acolhimento e inclusão ocasiona na vida das famílias e das crianças com autismo; descrever como acontece o processo de acolhimento dos pais de crianças autistas nas instituições de ensino e identificar as possibilidades que a escola proporciona para promover o acolhimento dos pais e das crianças com autismo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Como base teórica para a compreensão e realização deste trabalho, utilizo de autores como Vygotski (1991), Aranha (2001), Glat e Fernandes (2005), Mantoan (2003), Davim (2017), Chizzoti (1991), Padua (2000) e Freire (1987). A pesquisa é proveniente de dois estudos de caso baseados na concepção de Gil (2008), tendo como sujeitos duas famílias com crianças autistas e a coordenadora da escola regular que uma delas estuda. A produção de informações se deu primeiramente através do levantamento bibliográfico dos principais conceitos que são refletidos neste estudo, após disso, foram realizadas as entrevistas em busca de uma melhor aproximação da teoria com a vivência cotidiana das crianças autistas. Os resultados desta pesquisa informam que o autismo ainda é um transtorno pouco conhecido, a dificuldade em entendê-lo começa a partir do diagnóstico tardio e implica no desenvolvimento educacional eficaz da criança com TEA. Embora a sociedade reflita bastante acerca de trabalhar práticas pedagógicas inclusivas, nota-se que essa realidade ainda é bastante comprometida dentro das instituições de ensino percebe-se que o acolhimento é pouco conhecido no ambiente educacional, porém fica claro que sua execução é uma prática necessária, que possibilita a aceitação da pessoa com deficiência no seio familiar e que pode diminuir o impacto da descoberta da deficiência para a família. Entretanto ocorre que a implantação do acolhimento ainda é uma realidade impensada dentro do ambiente educacional, sua implantação pode sim trazer melhorias para a inclusão da pessoa com deficiência e auxiliar na parceria entre família e escola.

Palavras-chave: Acolhimento. Autismo. Inclusão Escolar. Humanização.

ABSTRACT

This work are come on studied about the welcoming approachment in environment school, using two families with autism children. That aims to understand the welcoming approachment, the effects in the family lifes, and autism children; to describe how the welcoming of process parents of autism children in the educational institutions, and to identify the possibilities that the school to promote, the inviting process, the parents and children with autism in the teaching and learning process. The theoretical research for to realize and comprehend this work is based in Vygotski (1991), Aranha (2001), Glat and Fernades (2005), Mantoan (2003), Davim (2017), Chizzoti (1991), Padua (2000), and Freire (1987). The research is coming the two studies based in the GII (2008) conception, Using two families with autism children and the coordinator of the regular school that one them studies. The information production occurred through the bibliographical survey the main concepts that are reflected in this study, after that, the interviews were conducted in search of a better approximation of the theory with daily experience of autism children. The results this research report that autism is still a little known disorder, and the difficulties for to understand begins in late diagnosis and this affects the effective educational development of the children with ASD (Autism Spectrum Disorder). Although the society reflect about to work inclusive pedagogical practices, this reality is still quite compromised within the educational institutions it is perceived that the welcoming is little known in environment educational, but that are execution a necessary practice, which enables the acceptance of the person with this disorder in the family and it can reduce the impact of discovery of the disorder in the family. However, that implantation of the welcoming is still a reality unthought within the educational environment, the implantation can bring improvements to inclusion of people with disorder and help in the partnership between family and school.

Key-words: welcoming; autism; school inclusion; humanization

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
I A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA INCLUSIVA E HUMANIZADA DO ACOLHIMENTO EDUCACIONAL NA VIDA ESCOLAR DO AUTISTA	14
1. Um breve histórico acerca da inclusão.....	14
2. Uma reflexão acerca do acolhimento educacional	19
3. As necessidades educacionais das crianças autistas	24
II A PESQUISA	29
1. Metodologia.....	29
2. Participantes da pesquisa	31
3. A entrevista	31
4. Resultados	33
III DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	40
1. A discussão da prática inclusiva e acolhedora no cotidiano educacional.....	40
CONCLUSÃO	49
APÊNDICE.....	51
REFERÊNCIAS.....	56

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar acerca da prática educativa perpassa por caminhos longos e que muitas vezes nos levam a questões que ainda permanecem escondidas, mas que atuam como um problema no cotidiano educacional. A partir desse raciocínio que começo a repensar o papel que a escola vem delineando diante de algumas problemáticas tão presentes na vida daqueles que desde os primórdios da história, vem traçando lutas constantes em busca de sua afirmação enquanto sujeitos e na garantia de seus direitos enquanto cidadãos.

As pessoas deficientes precisam ser vistas com um novo olhar, precisam ser levadas em consideração quando se pensa acerca da construção física, política e social da escola e precisam ser inseridas nos espaços sociais de maneira inclusiva, para isso é necessário que ocorra a mudança da visão excludente para um pensamento humanizado e inclusivo em busca da melhoria de vida para todos os sujeitos sociais. Porém esse processo é longo e dificultoso, principalmente diante do ponto de vista da integração, que infelizmente ainda é encontrado dentro da área educacional.

Segundo Omote (2004), a educação inclusiva e toda a eficácia da inclusão social dependem de medidas cientificamente fundamentadas, que permitam o convívio social das pessoas diante das diversas diferenças existentes, de modo a favorecer o desenvolvimento de todos. Dessa maneira, entende-se que só existirá a mudança do pensamento social, a partir de uma nova postura construída cientificamente perante o diferente, essa perspectiva pode ser construída a partir do principal ambiente formador de cidadãos, a escola. Para que essa construção saia de um campo apenas teórico e entre no contexto prático, é necessário repensar o papel da instituição escolar. Baseado nas ideias de Mantoan (2003) é preciso “ressignificar” o ambiente educacional para toda a comunidade escolar, de modo que se efetivem atitudes mais solidárias e plurais de convivência, visto que segundo a autora:

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (MANTOAN, 2003, p.9)

Nessa perspectiva, a mudança em busca de uma educação efetivamente acolhedora, perpassa pela reorganização do ambiente escolar. Esse processo é necessário para que a educação inclusiva e acolhedora seja efetivada verdadeiramente dentro das instituições de ensino e contemple todos aqueles que de alguma maneira foram excluídos em algum momento do processo educativo.

Partindo desse pressuposto esta pesquisa nasce a partir das minhas inquietações diante das dificuldades e singularidades que evidenciei na educação especial. Delimitar esta pesquisa, no começo não foi algo fácil, visto que este campo de estudo é bem amplo e o pesquisador corre riscos de se interessar por uma vasta variedade de questões. À medida que comecei a construir o projeto para desenvolver essa pesquisa, as principais questões de estudo que me rodeavam foram as seguintes: Quais as implicações que o modo de acolher e incluir, da escola para com a família da pessoa com autismo, ocasionam? Como se dá o acolhimento dos pais de crianças autistas, nas instituições de ensino no decorrer do processo de ensino-aprendizagem? Quais as ações que a escola pode realizar para desenvolver uma melhor relação no ato de acolher e incluir os pais e as crianças com autismo?

A pesquisa realizada possui relevância pessoal, acadêmica e social. Dentro da perspectiva pessoal, a educação especial foi me conquistando no decorrer da graduação em pedagogia, diante de diversas reflexões acerca do processo educativo das crianças deficientes, me questionava sobre as vastas problemáticas enfrentadas pela instituição de ensino, principalmente no âmbito financeiro e político, e das dificuldades que essas deveriam encontrar com a realidade educacional precária que enfrentamos na maioria das escolas públicas, mesmo sendo um contexto um tanto distante da minha realidade pessoal, a educação especial foi um campo que me despertou diversas curiosidades ao longo da minha trajetória enquanto acadêmica de pedagogia. O interesse se intensificou perante o desafio enfrentado por minha mãe no ano de 2018, quando foi professora de um aluno com laudo de autista. Vivenciar aquilo que já tinha escutado por várias vezes dentro de sala de aula, me instigou uma inquietação maior acerca de como desenvolver um trabalho eficaz com uma criança tão diferente cotidianamente. Acompanhar essa experiência tão de perto, me permitiu observar quanto os pais das crianças com autismo necessitam de uma atenção dentro do processo educacional, atenção essa que muitas vezes é esquecida por parte de alguns profissionais do ambiente de ensino que preferem lidar com total descaso diante da realidade singular do

processo de ensino da criança autista. Compreendi, além disso, o quanto um trabalho bem desenvolvido os deixa gratos diante do desenvolvimento de seus filhos, mesmo que a conquista seja pequena, como o simples fato de aceitar calçar um tênis para ir à escola. Nesse contexto, percebi o quanto existe uma real necessidade de desenvolver um trabalho dentro das instituições de ensino capaz de acolher os pais e as crianças deficientes, enraizado na perspectiva humanizadora para que o processo de ensino torne-se de fato um formador para além dos muros da escola, bem como o quanto essa luta ainda vem sendo difícil na atual conjuntura, mesmo após tantas reflexões acerca desta temática.

No ponto de vista acadêmico, é imprescindível aumentar os estudos acerca dessa nova perspectiva para o contexto educacional, visto que a realidade de grande parte das escolas regulares ainda é excludente com as crianças deficientes e principalmente com suas famílias, dessa maneira, refletir sobre esta temática torna-se fundamental para que o processo de ação-reflexão-ação seja traçado de maneira eficaz. Partindo das ideias de Mantoan (2003) uma análise do ensino fundamental é importante para a compreensão da razão de tanta dificuldade e perplexidade diante do processo de inclusão do aluno deficiente, segundo ela “é também mais uma possibilidade de apontarmos a razão de se propor a inclusão escolar, com urgência e determinação, como objetivo primordial dos sistemas educativos” (p.27). Assim, busco com este estudo proporcionar uma melhor compreensão sobre tal temática, priorizando a melhoria nas pesquisas e na tomada de decisão acerca dos problemas vivenciados pelas pessoas deficientes e pela participação de seus familiares dentro do contexto de aprendizagem, bem como, trazer resultados para a escola onde a pesquisa foi desenvolvida.

Dentro da perspectiva social, esta pesquisa pode contribuir para uma melhor conscientização acerca da temática abordada não somente para dentro das escolas participantes, mas também para outros estudos, visto que esta traz contribuições sociais, políticas e educacionais para a construção de uma atitude reflexiva mais acolhedora e inclusiva para as escolas regulares no que diz respeito às pessoas deficientes. Além da possibilidade de construção de uma prática pedagógica voltada para os conceitos de acolhimento e inclusão para as professoras das escolas pesquisadas, por meio do contato direto que vivenciei com a coordenadora pedagógica e com as famílias dos alunos.

A pesquisa se divide em três seções que se expõem da seguinte maneira: a primeira seção é fruto de um levantamento bibliográfico acerca dos eixos principais que delineiam este estudo, sendo esta dividida em três subtópicos. O primeiro trata de um levantamento histórico sobre a inclusão, onde é exposta a árdua trajetória do tratamento social para as pessoas deficientes. No segundo trato do conceito principal deste estudo, o acolhimento, onde procuro trazer a compreensão desta temática para os assuntos educacionais e refletir acerca da necessidade de exportar esse tema da área da saúde para o contexto educacional, em busca de obter melhores condições para a inserção dos pais dos alunos com deficiência e resultados mais eficazes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem destas crianças. No terceiro, trato das necessidades especiais da criança autista dentro do contexto escolar, buscando desenvolver a reflexão da importância de adaptar o ambiente escolar para receber estas crianças.

A segunda seção trata da pesquisa realizada com as famílias e as escolas das crianças autistas, onde se divide em quatro subtópicos. O primeiro trata das questões metodológicas, sendo elas o objetivo geral e os específicos, deste estudo, o paradigma de pesquisa adotado e o planejamento adotado nesta pesquisa. O segundo subtópico apresenta os participantes da pesquisa, de modo a apresentar os critérios usados para a escolha destes participantes. O subtópico que sucede este vem tratar especificamente da entrevista, buscando deixar evidentes os passos traçados em busca deste critério de coleta de dados, bem como apresentar o tipo de entrevista realizada e a técnica de análise dos dados adotada. No quarto e último subtópico desta seção, trato dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

A terceira seção traz em seu primeiro momento, a discussão acerca da temática desenvolvida juntamente com as questões observadas na pesquisa. Após disso, são tratadas algumas questões que concluem esta pesquisa.

I

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA INCLUSIVA E HUMANIZADA DO ACOLHIMENTO EDUCACIONAL NA VIDA ESCOLAR DO AUTISTA

Esta primeira seção é uma reflexão acerca de alguns conceitos fundamentais para a realização desta pesquisa. Está organizada primeiramente a partir de uma contextualização histórica acerca da inclusão, onde procurei relatar a difícil inserção da pessoa deficiente em um contexto social acessível para elas, em seguida procuro refletir sobre o acolhimento educacional, um conceito novo que busca trazer a humanização dos sujeitos deficientes no âmbito escolar, finalizo falando sobre o autismo e suas necessidades educacionais onde procuro mostrar a importância da consciência da instituição escolar perante as limitações do autista.

1. Um breve histórico acerca da inclusão

O contexto histórico da inclusão é marcado por lutas de pequenas minorias pela garantia de seus direitos como seres humanos dignos de cidadania. Desde os tempos da Idade Antiga, mas especificamente em Esparta, as pessoas que nasciam com algum tipo de “defeito” eram consideradas inúteis, fracas e sem valor para a sociedade, sendo propositalmente eliminadas. Nesse contexto, segundo Aranha (2001, p.2) “[...] a vida humana só tinha algum valor enquanto valorada pela nobreza, em função da utilidade que tivesse para a realização de seus desejos e a satisfação de suas necessidades”, assim é notório que a Idade Antiga é marcada pela desvalorização dos sujeitos considerados serviçais e que representavam a grande maioria do povo daquela época.

A Idade Média é marcada por um pensamento parecido ao da Idade Antiga, diferindo no contexto social que essa época é marcada. O cristianismo provoca a formação de uma nova classe composta por membros do clero que conquista o poder a partir da capacidade de excomungar aqueles que os aborressem. As pessoas com deficiência continuavam excluídas do contexto social, sobrevivendo apenas pelo sentimento de caridade humana, eram vistas como seres diabólicos que receberam um castigo de Deus, por isso se encontravam naquela condição.

A partir do século XVI, com a Revolução Burguesa e a revolução das ideias, surge uma nova maneira de ver o homem. Estudiosos começam a buscar novos métodos, no que se refere à deficiência, surge então o primeiro hospital psiquiátrico, esses espaços assim como conventos e asilos eram apenas lugares de

confinamentos de pessoas, não estando em sua essência à busca por um tratamento para os sujeitos que para lá iam, sendo considerados um pouco mais do que prisões.

A ideia de que os indivíduos não são iguais e que devemos respeitar as diferenças é proveniente de um pensamento do capitalismo comercial, devido ao interesse da classe dominante para validar a desigualdade social, a prática da dominação do capital e dos privilégios. Simultaneamente a esse pensamento, a medicina, a filosofia e a educação ganham novas ideias, fortalecendo a visão organicista voltada para a busca das causas ambientais da deficiência. A partir dos ideais de Locke (defesa de que o homem é uma tábula rasa que deve ser preenchida pela experiência) a confiança na educabilidade do deficiente mental ganha força com destaque para a importância da ordenação sensorial. Nesse período, destaca-se também a mudança na visão da pessoa com deficiência enquanto sujeito social, apresentando como principal marco as buscas por institucionalização Total, os tratamentos médicos e buscas por estratégias de ensino.

No Brasil, a Educação Especial inicia originalmente como campo de atuação e saber de um modelo considerado médico ou clínico, isso ocorreu devido os médicos serem os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarizar esses sujeitos, visto que na grande maioria dos casos, eles viviam todos em conjunto nos hospitais psiquiátricos, sem uma faixa etária definida, segundo Glat e Fernandes (2005) todo atendimento prestado a eles, mesmo quando envolvia a questão educacional era analisado em um contexto terapêutico. Nas instituições especializadas de tratamento, o trabalho se organizava a partir de terapias individuais que envolviam especialistas como: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos, sendo assim, um tratamento que visava mais a evolução médica, deixando de lado o viés educacional, conforme Glat e Fernandes (2005) essas atividades não ocupavam mais que pouca fração do horário dos alunos, sendo as questões educacionais voltadas apenas para uma possível alfabetização, sem um objetivo maior de levar os sujeitos a continuar uma trajetória acadêmica e a conquistar sua autonomia, pois ocorria que a educação não era considerada fundamental e provável, principalmente para aqueles que apresentavam deficiências cognitivas severas.

A partir da abertura de uma instituição para cuidados e tratamentos residenciais de pessoas com deficiência mental na Suíça, em 1800, surge a ideia e a prática do cuidado institucional para deficientes mentais, porém logo se tornaram ambientes asilares e de custódia, lugares segregados, denominados Instituições Totais, formando o Paradigma da Institucionalização. Desde sua essência é caracterizado pela retirada dos sujeitos deficientes de seus contextos sociais e conservação destes em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, que em sua grande maioria, ficam distantes de suas localidades de origem e de seus familiares, estando assim, isoladas da sociedade por questões de tratamento, proteção ou de processos educacionais. As instituições totais começam a serem questionadas por Erving Goffman, que segundo Aranha (2001) “argumentou que estar institucionalizado é uma experiência que afasta significativamente o indivíduo da sociedade”, levando assim, a um modo de viver difícil de ser revertido. Após os estudos de Goffman, surge uma série de estudos acerca da institucionalização, em sua grande maioria, são estudos que questionam esse modo de trabalhar e sua eficácia perante a recuperação da vida em sociedade das pessoas.

Na década de 60, a partir dos estudos acerca da institucionalização, fica claro que esse paradigma tradicional não é eficaz “na busca de restauração de funcionamento normal do indivíduo no contexto das relações interpessoais, na sua integração na sociedade e na sua produtividade no trabalho e no estudo” (ARANHA, 2001, p. 11), a partir dessas questões surge o movimento pela desinstitucionalização, em busca de integrar a pessoa com deficiência na sociedade e baseados nas ideias de normalização de Braddock. Segundo Aranha (2001, p.11) “ela presumia a existência de uma nova condição “normal”, representada pelo maior percentual de pessoas na curva da normalidade e uma condição de “desvio”, representada por pequenos percentuais de pessoas, na mesma curva”. Nesse contexto, foi se configurando um novo paradigma – Paradigma de Serviços – que veio para tentar ajudar as pessoas com deficiência a adquirir uma vida integrada socialmente, na tentativa de que elas ganhassem uma vida normal, mais próxima das normas da sociedade.

As principais mudanças que o Paradigma de Serviços traz, é a implantação de novas alternativas institucionais, as chamadas organizações ou entidades de transição, estas possuíam certa proteção para os sujeitos, porém não os enclausuravam como uma instituição total típica. Essas organizações foram

projetadas para promover a responsabilidade e enfatizar um grau aguçado de autossuficiência da pessoa deficiente, “através do trabalho ou do preparo para o trabalho, envolvendo treinamento e educação especiais, bem como um processo de colocação cuidadosamente supervisionado” (ARANHA, 2001, p.15), eram vistas como instrumentos fundamentais para o processo de normalização do sujeito.

Com o afastamento do Paradigma da institucionalização, criou-se o conceito da Integração, baseado na ideologia da normalização (promove o direito e a necessidade dos deficientes serem “trabalhados” para viverem o mais próximo possível de uma condição normal). Integrar significa “localizar no sujeito o alvo da mudança, embora para tanto se tomasse como necessário mudanças na comunidade” (ARANHA, 2001, p.16), dessa forma, a ideia da integração não tinha o objetivo de causar mudanças sociais para favorecer e garantir o acesso do diferente, mas sim, buscar modificar os deficientes para que pudessem se aproximar o mais possível do que é considerado “normal”. O trabalho ocorria de maneira conjunta entre diferentes profissionais que ofereciam treinamento para a vida em comunidade, como atividades da vida diária, atividades da vida prática e outras habilidades fundamentais para a sobrevivência.

O Paradigma de Serviços, logo começou a enfrentar críticas, devido às dificuldades encontradas no processo de normalização, mesmo quando alguns conseguiam alcançar uma vida independente, a aparência física e o funcionamento próprio são características singulares do deficiente, sendo improvável a semelhança com os sem deficiência. Além disso, percebeu-se a desqualificação da pessoa com deficiência em todo esse processo de tentativa de normalização e integração, como sujeito detentor de sua própria subjetividade que deve ser respeitada. Essa discussão faz a ideia de normalização começar a ser descartada e um novo ideal de que a pessoa com deficiência é um cidadão, detentor de direitos e das oportunidades que a sociedade dispõe, independente de sua condição deficitária ganha força, levando a discussão de que a pessoa com deficiência precisa sim de cuidados específicos, serviços de avaliação e de capacitação, oferecidos em seu contexto social. Mas defende-se também a postura que a sociedade, em geral, deveria adotar uma relação de respeito, de honestidade e justiça, buscando garantir o acesso de todos os cidadãos (inclusive os deficientes) aos serviços que os cidadãos necessitarem, no âmbito psicológico, educacional, social, profissional, nas áreas físicas, independente da deficiência que o sujeito detenha.

Conforme essa ideologia se constituiu o terceiro paradigma – Paradigma de Suporte – caracterizado pelo pressuposto de que “a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (ARANHA, 2001, p.19). Fez-se necessário então, buscar instrumentos capazes de disponibilizar os suportes imprescindíveis que garantam o acesso da pessoa com deficiência aos recursos das comunidades, sendo eles suportes sociais, econômicos, físicos ou instrumentais, com o objetivo de favorecer o que se denominou de inclusão social, conforme a autora é um processo de mão dupla, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar seus desejos e necessidades, já a sociedade cabe desenvolver um espaço comum, acolhedor, com possibilidade de acesso e convivência de todos.

O Paradigma de Suportes visa intervenções decisivas e incisivas, tanto no que se refere ao processo de desenvolvimento do sujeito, quanto ao processo de reajuste de realidade social. Assim, prevê o trabalho direto com o sujeito, ao mesmo tempo em que procura, como objetivo fundamental a intervenção junto às diferentes instâncias que circundam a vida desse sujeito, em busca de promover os ajustes necessários para garantir um espaço acessível para os deficientes na vida em sociedade.

A principal diferença entre as ideias de inclusão e integração se caracteriza no fato que, o integrar busca investir no aprontamento do sujeito para viver em comunidade, incluir visa buscar o investimento no processo de desenvolvimento do sujeito, buscando a articulação de meios capazes de garantir o acesso e a participação da vida em sociedade. Dessa forma, torna-se notório que a inclusão social é um processo que diz respeito tanto a pessoa com deficiência, quanto a sociedade de modo geral, pois, é impossível que aconteça a real inclusão da pessoa com deficiência, se a sociedade em que pretende a inserção, não é capaz de garantir atitudes democráticas que garantam a liberdade de expressão de todos os sujeitos nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões, dando o suporte primordial para mediar essa participação.

Visando garantir esses meios de acesso a uma sociedade acessível é que as Organizações das Nações Unidas (ONU) promoveu encontros e conferências para discutir acerca do assunto. A de maior marco foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, em Junho de 1994 – mais conhecida como Declaração de

Salamanca – onde o principal objetivo foi discutir acerca da atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, de maneira a garantir a permanência à educação e as instituições escolares comuns adaptadas e acessíveis para pessoas com deficiência, além de garantir à participação da comunidade escolar, principalmente os pais, as organizações de pessoas com deficiência e a comunidade no planejamento e na tomada de decisões para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, visando uma gestão democrática para com esse público. Entende-se também que “a educação é um direito humano e um fator fundamental para reduzir a pobreza e o trabalho infantil e promover a democracia, a paz, a tolerância e o desenvolvimento” (ARANHA, 2004, p.17), sendo assim a educação é o principal mecanismo para a busca da autonomia da pessoa com deficiência e para os demais sujeitos da sociedade.

2. Uma reflexão acerca do acolhimento educacional

A reflexão acerca do acolhimento escolar da família perpassa por políticas de inclusão, capazes de instigar a análise da importância, para a participação efetiva da instituição familiar no processo de ensino-aprendizagem das pessoas deficientes, buscando, através da escola inclusiva, meios capazes de promover a prática acolhedora em todo processo de inserção da criança autista no contexto escolar.

A compreensão do termo acolhimento no contexto educacional é árdua e dificultosa, visto que este é um conceito amplo que abrange áreas como a da assistência social e da saúde. Trata-se de um pensamento novo para os assuntos educacionais e busca repensar o modo como às instituições de ensino vêm lidando com a maneira de receber famílias que já vivenciaram situações de exclusão perante as problemáticas de crianças com algum tipo de deficiência, especificamente tratado aqui, de vivências de famílias de crianças com espectro autista.

No contexto da assistência social Chupel e Mito (2010) mostram que o acolhimento passa por uma discussão também atual, e consiste basicamente em elemento integrante do processo interventivo dos assistentes sociais. É usado como método de aproximação desses profissionais com a realidade vivenciada pelo usuário, sendo assim um meio de identificação de suas necessidades e mecanismo para a escolha das melhores ações profissionais a serem desenvolvidas.

No que diz respeito à área da saúde, o acolhimento é uma proposta viabilizada pela Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão em Saúde (PNH), onde se busca estruturar essa prática “[...] para um modelo que priorize a escuta e o cuidado do sujeito que nos apresenta demandas que extrapolam o corpo e se amplificam em nuances psicológicas, sociais, familiares, comunitárias” (Ministério da Saúde, 2016, p. 3). Nesse sentido, é pensada a partir de um modelo humanizado, que visa compreender o sujeito em sua essência humana e que vai além do corpo, priorizando a subjetividade de cada um, buscando a melhoria da prática profissional e visando um trabalho mais inclusivo para atender os usuários.

Assim, partindo das ideias de Davim (2017) define-se acolhimento como uma técnica relacional que objetiva humanizar o modo de atender os usuários nos serviços de saúde. Acolher é então pensar na melhoria da qualidade de vida de cada sujeito de modo que priorize a sensibilidade, a sutileza e a subjetividade na prática dos profissionais, visando o melhor atendimento das pessoas. Dessa forma, torna-se um método singular e humanizado, onde os sujeitos envolvidos em um determinado contexto constroem de maneira inclusiva o processo de cuidado, permitindo a abertura para discutir a respeito da organização dos serviços, conforme mostra o Ministério da Saúde (2016).

No âmbito educacional educar para a humanização de acordo com Spagolla (2008) se constitui no pensar e no agir baseado em princípios éticos responsáveis, em determinações políticas interventivas e na criatividade estética sensibilizatória, Trata-se de trazer à educação para um pensamento crítico, consciente da importância da participação política e solidária dos envolvidos no processo educacional, para isso é necessário repensar os métodos e procedimentos pedagógicos centralizados na dimensão cognitiva que ignoram a subjetividade de cada sujeito e ocasionam prejuízos no desenvolvimento educativo. Segundo a autora (2008) a educação de caráter intelectualista que objetiva de forma prioritária o cumprimento do programa curricular, deixando de lado a totalidade do indivíduo, é capaz de deixar lacunas irreparáveis na formação integral do mesmo.

Assim, é primordial compreender a escola como um ambiente humanizador, capaz de levar em consideração o sujeito em sua essência histórica e cultural para que seja possível obter uma formação crítica que vai além da educação apenas formativa para o mercado de trabalho, priorizando a construção de pessoas críticas, capazes de compreender o outro em suas necessidades e limitações, principalmente

relacionadas à deficiência, o que refletirá na busca pelo espaço social com características humanas livres, conscientes e responsáveis pelo bem estar individual e coletivo.

Dessa forma, a inserção da pessoa deficiente em um espaço educativo com a perspectiva da humanização, possibilita progressos significativos para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento dos outros. De acordo com Vygotsky (1991), conviver socialmente é primordial para a transformação do homem de ser apenas biológico para o ser social, onde a aprendizagem dentro das relações sociais ajuda na construção dos conhecimentos que darão suporte ao desenvolvimento mental, assim a forma como o sujeito interage com o ambiente é fundamental para a constituição do sujeito social, não sendo a deficiência a principal mediadora desse processo, significando mais consideravelmente, a maneira que o indivíduo interage com o meio. Desse modo, proporcionar um ambiente favorável e acolhedor para a aprendizagem e para o desenvolvimento é fator imprescindível na melhoria da formação intelectual e social dos sujeitos.

Na perspectiva da educação humanizadora, a pessoa deficiente precisa ser vista com um novo olhar, deve ser compreendida em seu sentido humano completo que precisa das relações sociais para o seu desenvolvimento psíquico, segundo Silva (2012) precisa ser vista em sua totalidade, na pluralidade de suas relações com os outros, na sua especificidade cultural, em seu contexto histórico para que se constitua um processo de construção e reconstrução de conhecimentos que ajudará na constituição do desenvolvimento e da aprendizagem desse sujeito.

A humanização da pessoa deficiente permite um melhor acolhimento, onde a partir da ideia de humanizar adota-se uma prática na qual o professor possibilite uma posição ética de respeito à singularidade e especificidades do outro, respeitando os limites individuais e procurando maneiras de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais proveitoso, buscando sempre a autonomia do indivíduo.

Dentro do contexto da educação humanizadora, é importante que o educador se atente as relações estabelecidas dentro da sala de aula, de modo que promova relações de cooperação entre os educandos, conforme Spagolla (2008) tendo consciência de sua função de articulador da aprendizagem, desatrelando-se as posturas tradicionais, levando em consideração o momento histórico, ressaltando as relações que promovam o estímulo da aprendizagem como um processo agradável, capaz de proporcionar ao aluno o exercício da cidadania dentro do contexto escolar.

A escola possui uma diversidade de influências no processo de construção do sujeito, não sendo a única responsável, mas em parceria com as demais instituições, principalmente com a família, torna-se fundamental para a constituição do ser. A família é a base referencial do saber, é o primeiro local onde a criança desenvolve seu aprendizado e inicia o processo de construção de sua identidade através da visão de mundo e das noções de cultura adotados no contexto familiar, o que serve de base para a formação da personalidade da criança.

Ocorre que dentro do ambiente familiar de uma criança deficiente, na grande maioria das vezes as circunstâncias que envolvem a descoberta da deficiência dos filhos causa um grande impacto em todos os familiares, devido ao processo de aceitação da mesma e da adaptação emocional da situação. Segundo Ramos (1987) esta problemática leva muitas vezes, os pais a uma situação de silêncio e isolamento por parte dos profissionais, da própria família e da comunidade, o que leva a uma falta de apoio por parte dessas, induzindo a uma situação traumatizante e constrangedora para os pais, dificultando o processo de tomada de decisão em busca da melhoria do desenvolvimento da vida da criança.

Diante desse contexto, é primordial que as primeiras instituições que vão acolher essas famílias estejam conscientes dos problemas que elas já vêm enfrentando desde a descoberta da deficiência, até os primeiros passos dados na busca de uma melhor qualidade de vida para as crianças deficientes.

Incluso nesse processo da melhoria da vivência social do sujeito, encontra-se o direito à educação. Vale destacar que dentro do ambiente educacional os pais devem estar no centro do processo educativo, precisam ser levados em consideração em busca da melhoria e do maior êxito do processo de ensino-aprendizagem, principalmente nos casos de pessoas com espectro autista por serem muito distintos, possuindo características específicas de grande variância de um autista para outro.

Nesse contexto, conforme Serra (2010), a participação da família no processo educacional junto à escola possibilita o melhor conhecimento das crianças, para os profissionais da educação, principalmente a respeito das formas de comunicação das crianças autistas, que em alguns casos é muito diferenciada, além de propiciar para os pais uma visão de autonomia futura possível para a vida dos filhos, visto que na escola eles terão a possibilidade de desenvolver suas potencialidades.

Englobar a família do deficiente no processo educativo é tarefa que se inicia a partir do primeiro contato desta com a instituição educacional. O momento de procura da escola geralmente é marcado por grandes angustias e aflições, visto que na maioria dos casos, as escolas não querem aceitar as crianças deficientes por conta das adaptações e exigências que deveriam existir para atender a esse público, além da qualificação precária dos profissionais envolvidos no contexto educacional que não são devidamente preparados para receber as crianças e principalmente seus pais. Assim, torna-se um processo dificultoso e que quando é realizado, em muitos casos, não é feito com êxito, o que leva a um trabalho muito superficial.

É nesse contexto que o olhar para os pais deve ser diferenciado, de modo que leve em consideração toda a trajetória de exclusão social que eles vêm traçando até aquele momento de chegada à instituição escolar. É necessário ver os pais como seres humanos que trazem uma vivência difícil e precisam encontrar mais sensibilidade e compreensão no seu atendimento e na inserção da criança na vida escolar, essa prática de humanização levará a um melhor acolhimento dos pais dentro da instituição educativa e permitirá uma maior aproximação com a realidade vivenciada pelas crianças, melhorando o diálogo da escola com a família e visando a melhoria educacional para o desenvolvimento da criança.

Partindo das ideias de Davim (2017) e conforme a reflexão feita até aqui, entende-se que acolher na perspectiva educacional é repensar os sujeitos envolvidos no processo educativo, olhando cada membro da comunidade escolar como indivíduo repleto de subjetividade que traz em si fatores biológicos, sociais e afetivos formadores de sua personalidade, tudo isso está envolvido no processo de humanização do ser social e abrange a busca pelo fim da segregação na escola, seja dos pais ou dos alunos com deficiência ou não.

Portanto, baseado nos autores mencionados no decorrer desta reflexão, se torna compreensível que o acolhimento é a prática que visa trazer a melhoria do ambiente educacional para a comunidade escolar, levando em consideração a sensibilidade no atendimento dos pais e na prática pedagógica utilizada em sala de aula, o contexto histórico-cultural que pais e alunos deficientes estão inseridos e principalmente a subjetividade de cada pessoa que chega à escola, seja os pais de crianças deficientes ou não, seja os alunos com deficiência ou não, todos devem ser vistos como sujeitos humanos que carregam histórias de vida diferentes.

Diante disso, entende-se que acolhimento e humanização caminham juntos no processo educativo, onde só será possível vivenciar a prática acolhedora a partir de profissionais humanizados diante da singularidade e das vivências do outro, que buscam práticas educativas baseadas na perspectiva inclusiva.

3. As necessidades educacionais das crianças autistas

Caracterizado como Transtorno do Espectro Autista, o autismo infantil segundo Gómez e Terán (2014), consiste em uma maneira singular do desenvolvimento humano, onde a convivência social e a comunicação possuem características distintas detectadas frequentemente nos primeiros anos de vida, sendo estas: “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades” (DSM V, 2013, p.53).

Cada autista manifesta particularidades e danos únicos, onde a variância do estágio dos danos funcionais causados dependerá das características do indivíduo e de seu ambiente, as manifestações do transtorno variam muito de acordo com a idade cronológica, do nível de desenvolvimento e da gravidade da condição autista. De maneira geral, o comportamento da pessoa autista é atípico mediante a todas as fases do desenvolvimento, apresentando movimentos incoordenados e estereotípias, em grau leve, moderado ou avançado.

Diante de tanta singularidade é primordial compreender cada autista de acordo com sua trajetória, para que assim seja possível desenvolver melhores estratégias educacionais que proporcionem a eficácia do desenvolvimento escolar de maneira acolhedora e inclusiva.

No decorrer do tempo, as propostas educacionais, principalmente a educação especial, vêm adotando diversas abordagens psicológicas em busca da compreensão do sujeito e de seu desenvolvimento, cada uma segue uma perspectiva diferente, acerca dessas problemáticas atribuindo-lhes distintas conotações que influenciam no ensino-aprendizagem dos alunos, principalmente dos alunos com deficiência. No caso da abordagem histórico-cultural, entenderemos a partir de Vygotski (1991, p.61) que “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”, levando em consideração que o que foi obtido a partir da relação do indivíduo e uma determinada cultura, em um dado

momento, será uma habilidade do próprio sujeito, que ao internalizar poderá utilizar de maneira mais organizada que na ocasião anterior.

A partir dessa perspectiva aprendizado não é desenvolvimento, porém estes processos estão devidamente relacionados desde o início da vida da criança. O desenvolvimento progride, de maneira mais lenta, a partir dos processos de aprendizagem, onde o aprendizado estimula os processos internos de desenvolvimento, dependendo do contato do sujeito com certo ambiente cultural, de forma que a aprendizagem promove o desenvolvimento.

É importante destacar que o desenvolvimento não ocorre na ausência de situações propícias ao aprendizado. Segundo Vygotsky (1991), o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam, sendo assim, o desenvolvimento pleno da criança depende do uso que ela faz dos processos de aprendizado que recebe num certo meio cultural e dos níveis que ela vai obter por meio de avanços qualitativos não lineares que afetam suas funções psíquicas superiores e permitem o progresso do desenvolvimento.

O principal mecanismo de todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento segundo essa perspectiva são as relações sociais, é justamente nesse ponto que a criança autista encontra sua principal dificuldade. Devido os prejuízos na interação social, comunicação e comportamento podem apresentar pouco ou nenhum interesse em constituir relações, ocorre que ao adentrar no espaço escolar a criança autista passa a conviver em um ambiente social repleto de pessoas diferentes, assim de acordo com Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), a escola é o ambiente capaz de favorecer o desenvolvimento infantil principalmente do autista, justamente pela oportunidade do contato social a partir da convivência com outras crianças, e pelo papel do professor como mediador da aquisição de diferentes habilidades nas crianças.

Nesse contexto, a presença de uma criança deficiente no ambiente educacional heterogêneo é para ela fundamental, pois estimula suas capacidades interativas, além de permitir as trocas sociais, conforme Beyer (2006) quanto mais positivas forem, mais fortalecido será o desenvolvimento, sendo a recíproca verdadeira, onde quanto mais superficiais forem as trocas, mais debilitado será o desenvolvimento. Assim, a inserção das crianças autistas no contexto escolar possibilita também benefícios para a conduta moral e socioafetiva das outras crianças, visto que assim

elas “têm aprendido a construir atitudes de colaboração com as demais crianças” (BEYER, 2006, p.12), e para a construção de seres humanizados que constituirão possivelmente uma sociedade mais humana e acolhedora perante as diferenças.

Conforme mostra Bosa e Camargo (2009) a interação social de “crianças da mesma faixa etária proporciona contextos sociais que permitem vivenciar experiências que dão origem à troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos”, a partir disso, mesmo com a dificuldade de se inserir num meio social, proporcionar ao autista a convivência com outras crianças possibilitará o estímulo das suas capacidades de interação, de forma que o isolamento que atinge grande parte dos deficientes seja distanciado. Desse modo, é notório que a convivência que o ambiente escolar permite é fundamental para a criança autista, visto que as crianças com o desenvolvimento típico proporcionam modelos de interação para a criança autista, mesmo que sua compreensão seja dificultosa, assim essa inclusão é capaz de favorecer o desenvolvimento do autista e das demais crianças.

De acordo com Orrú (2010) o processo educacional das crianças autistas o professor atua como mediador na aquisição das diferentes habilidades dos educandos, como em qualquer ação educativa, ele é peça fundamental na busca por condições que permitam a autonomia para uma melhor condição de vida e na capacitação destes para a convivência social. Ocorre que para que essa busca torne-se uma conquista real, é necessário que a comunidade escolar toda se envolva nesse processo, de modo a assumir um compromisso com a efetivação de programas pedagógicos inclusivos distanciando a instituição de ensino da marginalização, da discriminação e da exclusão do autista.

É preciso também que ocorra a orientação da comunidade escolar acerca do autismo, pois o conhecimento superficial acerca deste assunto, principalmente no que diz respeito aos professores, impede a identificação das necessidades educacionais dos alunos e os distancia da possibilidade de continuar na escola regular, segundo Bosa e Camargo (2009) conforme o sujeito é visto apenas sob o ângulo de suas limitações, a possibilidade da sua educação e de seu desenvolvimento se associa à impossibilidade de sua permanência nos ambientes sociais comuns. Assim, é preciso olhar a singularidade do sujeito para que de fato a inclusão no ambiente escolar seja possível em todos os aspectos.

A necessidade de adaptação das metodologias de aprendizagem é fator contribuinte para a comunicação e o desenvolvimento. O conteúdo programático para uma criança autista deve estar de acordo com seu desenvolvimento, potencial, sua faixa etária e seu interesse para a maior eficácia do ensino, em muitos casos as crianças não demonstram vontade de interagir com determinadas atividades, torna-se imprescindível à intervenção do professor na procura por métodos que promovam a participação e o envolvimento do autista nas atividades. É preciso paciência, segundo Gómez e Terán (2014) eles em algumas ocasiões, não alcançam os mesmos níveis de aprendizagem dos outros, e necessitam de apoio para conseguir a melhoria da aprendizagem.

A ludicidade é fundamental para que a aprendizagem seja atrativa e prazerosa, além de ser utilizado como facilitador da interação social dentro de sala de aula, onde o aluno é um ser descobridor e construtor do seu conhecimento. Assim, para o ensino da criança autista é primordial que brincadeiras e jogos façam parte do planejamento do professor, segundo Vygotski (1991) o brincar é uma atividade condutora que auxilia no desenvolvimento infantil, dessa forma ele vai possibilitar o reconhecimento do mundo que as rodeia promovendo a ela que se desenvolva, além de tornar o processo de ensino-aprendizagem melhor para o aluno e para o professor.

Juntamente com a ludicidade é necessário que os educadores trabalhem com a tecnologia assistiva para o melhor aprendizado das crianças deficientes de maneira geral. A Tecnologia Assistiva de acordo com Galvão Filho (2009) consiste em uma área do conhecimento, de cunho interdisciplinar, que junta recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com a finalidade de promover a funcionalidade pautada no acesso a atividade e participação do deficiente, buscando promover sua autonomia, qualidade de vida, independência e inclusão social. Essa tecnologia pode ser usada nos diferentes espaços educacionais como a sala de aula e a sala de recursos multifuncionais, dentro do ambiente familiar e em todos os lugares em que sejam necessários sua utilização para a melhoria e permanência do deficiente.

Proporcionar o envolvimento da criança autista no ambiente escolar inclusivo requer a atenção da escola para suas necessidades educacionais e sociais, de maneira que seja promovido um ambiente acolhedor capaz de incluí-los dentro de todos os espaços e atividades escolares. É primordial entender que a inserção de qualquer criança com deficiência neste ambiente exige preparação e adaptação

diante de suas limitações, sejam físicas, comportamentais ou intelectuais, dessa maneira buscar a formação de todos os envolvidos neste ambiente é fundamental para que ocorra a melhoria da vivência cotidiana, no caso da pessoa com autismo, o cuidado diante das interações sociais é fator principal para a busca da melhoria do desenvolvimento e da aprendizagem necessitando que o ambiente esteja preparado para lidar com a singularidade de cada autista, dessa maneira a escola contribuirá para a vivência social e a melhoria de vida que tanto se procura para essas pessoas.

II A PESQUISA

Nesta seção serão tratadas as informações da pesquisa realizada, de modo a apresentar os passos iniciais, o objetivo geral, os objetivos específicos, o tipo de pesquisa e o pressuposto em que se encontra baseada. Assim é demonstrada primeiramente a metodologia adotada, após são apresentados os participantes desta pesquisa, de modo a demonstrar os critérios que foram usados para a escolha desses sujeitos, em seguida trato dos detalhes da entrevista realizada, destacando a duração da entrevista, os contratempos que ocorreram neste processo e o tipo de entrevista adotado, por fim trago uma reflexão acerca dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa efetuada.

1. Metodologia

A pesquisa tem como objetivo geral compreender como acontece o processo de acolhimento e inclusão dos pais de crianças autistas, nas escolas de ensino fundamental, relatando os efeitos que tal processo ocasiona. Objetivando de maneira específica entender os efeitos que o modo de acolhimento e inclusão ocasiona na vida das famílias e das crianças com autismo; descrever como acontece o processo de acolhimento dos pais de crianças autistas nas instituições de ensino; identificar as possibilidades que a escola promove para promover o acolhimento dos pais e das crianças com autismo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se propõe a investigar o processo de acolher os pais de crianças autistas, à luz da teoria histórico-cultural, sob influência, de Vygotsky, que propõe a hipótese de não poder estudar o homem separado das condições objetivas (históricas, socioculturais) em que vive, além de se fundamentar em uma compreensão dialética da relação entre o biológico e o social, considerando que a criança não pode ser representada nem pela máquina e nem pelo organismo vivo, mas como um ser simbólico através das relações sociais (ALMEIDA, 2013).

Adotei o estudo descritivo que para Gil (2008) se propõe descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Dentre suas particularidades encontra-se a necessidade da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. A pesquisa descritiva é uma das mais utilizadas por

pesquisadores sociais adeptos da pesquisa qualitativa, pelo cuidado com a atuação prática.

A pesquisa se caracteriza de cunho qualitativo que segundo Chizzotti (1991, p.79) é aquela que se fundamenta em dados colhidos nas situações interpessoais, analisadas a partir da significação que seus atores dão aos seus atos. “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, um diálogo constante entre sujeito e objeto, onde o sujeito-observador é componente integrante do processo de conhecimento e interpreta os dados conferindo-lhes um significado; e o objeto não é um dado isolado e imparcial, está repleto de significados e relações que os sujeitos concretos criam em contato com ele.

A partir do desenvolvimento das pesquisas em ciências humanas, a pesquisa qualitativa valorizou aspectos qualitativos dos fenômenos evidenciando a complexidade da vida humana e valorizando significados antes ignorados da vida social. Dessa forma, os pesquisadores adeptos deste estudo, buscam analisar o sentido das atitudes e das decisões tomadas pelos atores sociais, de modo que demonstrem os vínculos inseparáveis das ações dos indivíduos com o contexto social que elas acontecem.

Segundo Chizzotti (1991, p. 89), “a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa”. No decorrer da pesquisa, é fundamental que os dados colhidos sejam constantemente examinados e estudados, de modo que os aspectos singulares descobertos no processo de análise sejam investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas. Assim, os dados qualitativos devem ser validados segundo os critérios de credibilidade, fiabilidade, constância interna e transferibilidade.

Em busca de uma melhor compreensão do problema adotado, optarei pelo estudo de caso, de acordo com Gil (2008) é caracterizado pelo estudo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o conhecimento amplo e detalhado do mesmo. Optando por estudar duas situações de família de crianças autistas em contextos sociais e localidades diferentes, em busca de características distintas e semelhantes nas duas localidades, de modo a verificar a ocorrência do acolhimento e tratamento

que as escolas deram para esses pais e crianças, dando ênfase no contexto escolar atual de cada uma.

2. Participantes da pesquisa

Inicialmente, almejava-se entrevistar quatro sujeitos sendo: duas famílias de crianças autistas e duas coordenadoras pedagógicas das atuais escolas que as crianças estudavam, porém devido a dificuldade de comunicação com uma das coordenadoras, não foi possível concretizar o inicial objetivo proposto pela pesquisa.

Sendo assim, os sujeitos da pesquisa foram escolhidos conforme o grau de proximidade com parte das histórias vivenciadas por eles, de modo que tal proximidade facilitará na coleta das informações necessárias para a realização deste estudo. Assim entrevistei duas famílias de crianças autistas buscando ouvir seus pais e algum parente próximo que acompanha ou acompanhou essas histórias, sendo uma família que reside no município de Abaetetuba, devido à proximidade com a realidade da mãe da criança, onde pude perceber a dificuldade de inserção deste em uma instituição de ensino, por conta do laudo de autismo e as necessidades educacionais que são fundamentais para a sua aprendizagem. A outra família reside no município de Ananindeua, os critérios de escolha perpassam pela aproximação com a professora desta criança e com a realidade de exclusão do autista em uma turma da mesma instituição de ensino que frequenta atualmente.

Além das famílias, considerei importante ouvir a coordenação pedagógica da escola dessa criança, em busca da compreensão das políticas que ela pensa em adotar, se pensa, acerca do acolhimento das famílias de seu aluno aqui estudado, procurando entender sua visão sobre o tema abordado.

Assim, os sujeitos da pesquisa se resumem a três pessoas, sendo duas mães de autistas e uma coordenadora pedagógica da atual instituição de ensino que uma das crianças estuda.

3. A entrevista

Ao longo do processo de construção deste trabalho, esse ponto foi o que mais ocorreu contratemplos. O processo de entrevistas com os sujeitos foi dificultoso e um tanto quanto demorado, pois, ocorreram uma série de imprevistos como: doenças, falta de dinheiro público para a reforma de uma das escolas, fim do ano letivo, entre outros, que impediram este estudo de ser concretizado de forma mais rápida.

A primeira entrevista com a mãe da criança de Abaetetuba, foi efetivada dentro do ambiente da Universidade Federal do Pará. A segunda entrevista, realizada com a mãe da criança de Ananindeua, foi feita na biblioteca da escola, ambas conseguiram alcançar a proposta de proporcionar um ambiente mais confortável para tratar desse assunto delicado e tão pessoal, que em sua maioria é enriquecido de memórias de situações difíceis. A entrevista com a coordenação da escola foi realizada no ambiente escolar por ser o ambiente mais acessível para as pessoas que exercem essa função. As entrevistas foram gravadas por meio de áudio feito pelo celular e duraram, em média, cerca de 30 minutos à 1 hora, onde a maior ênfase foi dada nas histórias de vida que as famílias forneceram, devido à complexidade e riqueza das experiências que as mesmas já vivenciaram.

Em busca de garantir o sigilo acerca das informações fornecidas pelos entrevistados, foram assinados os termos de consentimento livre e esclarecido que asseguram maior segurança sobre a identidade dos sujeitos desta pesquisa.

Optei para a coleta dos dados, a entrevista semiestruturada e a estruturada, estimando a busca pelo melhor desenvolvimento do momento de entrevista para cada sujeito. Ao refletir sobre a entrevista Pádua (2000), conceitua como uma técnica alternativa para a coleta de dados, tendo suas vantagens como a possibilidade da interpretação dos dados de forma qualitativa e quantitativa e vêm se constitui enquanto técnica muito eficiente, já que, permiti uma melhor obtenção dos dados de comportamento humano; e também suas limitações de acordo com os procedimentos que serão adotados, a forma como as informações serão dadas pelos entrevistados e a maneira como os entrevistadores analisarão os dados, por isso é preciso que este disponha de bastante cautela na interpretação e análise dos dados para que não aconteça a distorção dos dados obtidos.

Como técnica de entrevista, adotei a semiestruturada com membros da família de cada criança, que me ajudará no levantamento de experiências vividas por esses sujeitos, permitindo a melhor fluidez do momento de entrevista. Conforme Pádua (2000), este método possibilita que o pesquisador organize um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, permitindo, e às vezes até incentivando, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Utilizei a entrevista estruturada com a coordenadora pedagógica da escola em busca de uma melhor compreensão a cerca dos métodos e políticas existentes, ou

não, para acolher as famílias de crianças deficientes, no interior da instituição de ensino. De acordo com Gil (2008), este tipo de entrevista acontece por meio de uma relação estável de perguntas para todos os entrevistados, possibilitando um tratamento quantitativo dos dados e tornando-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Após a coleta dos dados se iniciou a fase de análise e interpretação das informações obtidas. Para Pádua (2000), esta não é uma etapa que se realiza automaticamente. Exige criatividade, caso contrário, a pesquisa se torna um momento de simples codificação de dados ou opiniões subjetivas sobre um determinado tema, perdendo assim o seu sentido inicial, o da análise das atitudes e das decisões dos sujeitos sociais. Como técnica para a análise dos dados, optarei pela análise do conteúdo coletado durante a pesquisa de campo, sendo esta, “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]” (BARDIN, 1977, p. 30) que tem por finalidade enriquecer a leitura e exceder as incertezas, de forma a trazer os conteúdos ocultos na mensagem analisada, estimo que a técnica mencionada seja a que melhor me ajudará no momento de análise do material adquirido.

4. Resultados

As entrevistas realizadas com as famílias das crianças autistas mostram, primeiramente, que o diagnóstico do transtorno é um processo dificultoso e demorado. A primeira família entrevistada obteve um diagnóstico tardio, após 8 anos de vida da criança, porém sempre houve a desconfiança por parte da mãe que a criança tinha algo além do que os médicos diziam, o que a permitiu sempre buscar o auxílio necessário para desenvolver métodos para lidar cotidianamente com seu filho, por isso, o processo de aceitação desta criança, uma vez diagnosticada, foi menos dolorido para ela. Segundo a primeira mãe entrevistada:

[...] na verdade eu sempre senti que ele tinha alguma coisa, só não sabia ao certo o que, porque ele não tinha ainda o diagnóstico fechado. Mas para mim sempre foi muito natural, não que seja normal e nem que a gente desejasse, mas para mim do jeito que o meu filho nasceu eu tinha que tentar adaptar as coisas para ele, tinha que tentar melhorar a vida dele, arrumar um jeito, ver qual era a forma para ele poder viver melhor, já que ele não compreende da mesma forma, não leva a vida da mesma forma que a gente, não entende do mesmo jeito que a gente. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Na segunda família, nota-se que chegar a um laudo também foi um processo tardio. A criança tem 10 anos e foi fechado o diagnóstico com 7 anos, porém

também havia a desconfiança que alguma coisa era diferente, em seu relato a segunda mãe diz que a causa da desconfiança acontecia porque ele não falava e apresentava comportamento muito agitado e nervoso. A descoberta do diagnóstico, mesmo com a desconfiança, causou um grande desconforto na mãe:

Quando eu soube era como se eu estivesse pisando em um grande buraco que parecia que não tinha fim, parecia que eu não estava em mim e eu chorei muito. Eu procurei informações, a minha irmã trazia tudo que ela via sobre autismo para mim, e cada vez que eu lia mais eu chorava, eu me via dentro de um poço que eu não via o fim. Eu não aceitava que falassem no assunto, porque eu chorava. (Segunda mãe entrevistada, 2019).

Nota-se que o impacto do diagnóstico fechado foi muito sentido por ela, tanto que ela relata a sua demora (cerca de 2 anos) para começar a falar do assunto. Mesmo que ela fosse instruída pelos profissionais que cuidavam do filho dela e soubesse que para que o cuidado dela com ele fosse possível, era necessário sua aceitação, havia um bloqueio em falar do assunto. Compreende-se que era muito dolorido para ela e que ainda existem momentos que são difíceis lidar com o transtorno, segundo ela:

[...] não foi um processo fácil, demorou 1 ano, 2 anos, eu não falava nesse assunto, era um assunto proibido, mas agora não, eu já consigo falar e até ajudo outras pessoas dando informações. Não é fácil até hoje, quando ele começa com as estereotípias fora de casa, ela me aconselhou a falar que ele é autista para as pessoas não pensarem que eu não sei educar ele. Eu sempre digo que é preciso apoio, muito apoio da família, dos amigos, de Deus em primeiro lugar. (Segunda mãe entrevistada, 2019).

É válido ressaltar também, a importância da escola na vida de ambas as crianças, os dois casos se assemelham no aspecto da desconfiança da família de que algum fator se diferenciava do comportamento de uma criança tida como normal, a escola foi o ambiente em que para ambas a suspeita se tornou uma atitude para buscar ajuda. Esse papel da escola como mediadora para a tomada de atitude se deu, no primeiro caso, como fator primordial para a aceitação do pai desta criança, pois a partir de uma conversa com a professora ele compreendeu que seu filho teria algum tipo de deficiência, a primeira mãe entrevistada relata que:

Pra mim sempre foi muito tranquilo, desde antes de ele estudar, antes dele entrar no maternal, eu sempre percebi isso, mas infelizmente da parte do pai dele havia esse preconceito de “há não tem nada, há meu filho é normal”, sempre houve essa resistência do lado dele, mas da minha não. Tanto que quando eu falava ele ficava dizendo que não, e não me deixava procurar ajuda, só que quando

ele começou a estudar, no maternal, a professora percebeu e vindo de outra pessoa de fora, ele começou a aceitar e foi quando eu comecei a buscar ajuda. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

A escola como primeiro espaço social que a criança tem contato assume grande importância nos casos estudados. Como não existia o conhecimento do tipo de deficiência que as crianças tinham, notou-se no espaço escolar que no primeiro caso, a criança era inquieta demais; no segundo caso era presente a dificuldade de interação social que foi percebida com o convívio da criança distante do ambiente familiar. Porém, além de confirmar as suspeitas das mães, a escola assume em alguns momentos uma postura excludente por não saber como tratar a criança que até então apresentava comportamentos diferentes, nota-se no primeiro caso que em uma das instituições que a criança passou ele ficava apenas vendo filmes e desenhos, pois era o que deixava ele atraído, ou seja, não existiam práticas pedagógicas capazes de incluir essa criança dentro do ambiente escolar, de tal modo que o entretenimento era uma saída que a professora encontrava para manter o aluno quieto.

Ocorre no segundo caso, que a escola não entendia a postura agressiva da criança, não procurava meios capazes de tornar o ambiente mais acolhedor, a única solução que buscava era chamar a mãe para fazer reclamações sobre esse tipo de comportamento. De acordo com a segunda mãe entrevistada, torna-se perceptível que o espaço escolar se tornou um ambiente desconfortável e pouco atrativo para a criança.

[...] ele não queria ir para escola, chorava para não ir e ele tinha um nível de agressividade muito alto, ele batia muito nas crianças eu fui chamada muitas vezes por isso, ele entrava arrastado na escola e chorava para não ficar lá. (Segunda mãe entrevistada, 2019).

Dentro do processo de escolarização após o laudo de autismo para a criança do primeiro caso, a maior dificuldade que passaram em relação a questões educacionais foi à adaptação na escola. Em sua fala, a primeira mãe entrevistada nos mostra isso:

De início o que eu tive de dificuldade, como em qualquer outro lugar que seja novo para ele foi à adaptação, pelas pessoas não conhecerem ele. A questão foi mais essa assim: dos colegas não conhecerem ele, do professor não saber nem o que é autismo [...]. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Pensar práticas pedagógicas capazes de incluir as crianças autistas dentro da instituição de ensino perpassa, por uma estrutura inclusiva que a escola precisa pensar para melhorar o trabalho com as diferentes pessoas que por ela passam. No primeiro caso devido à dificuldade de conversar com a coordenação da escola que a criança estuda atualmente, a estrutura de inclusão que tive acesso foi a que a mãe vivencia. Em seu relato ela destaca que a coordenadora, as serventes, o grupo da secretaria tenta incluir o aluno da maneira que podem, mas relata que teve alguns problemas com alguns professores no primeiro ano em que levou seu filho para a instituição, segundo ela existiram situações de exclusão da professora e da profissional de apoio que acompanhava a criança.

[...] foram essas situações no primeiro ano com essa cuidadora. A escola em si me ajuda muito [...]. Até com as crianças na sala era difícil no primeiro ano, porque a professora não falava o que ele tinha para os outros alunos, não dizia porque ele era assim, porque fazia certas coisas, parecia que ela só queria ensinar e pronto, não se importava com a convivência dele com as outras crianças, até que um dia eu falei para alguns amigos dele que ele tinha limitações e que era diferente, isso aconteceu no primeiro ano, agora é mais tranquilo. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Partindo das informações colhidas na entrevista com a coordenação pedagógica, notou-se que a escola em que a segunda criança estuda não possui um projeto específico que trate a questão da inclusão. Em sua fala a coordenadora pedagógica deixa claro que o trabalho inclusivo é feito dentro de sala de aula, de acordo com ela:

Não existe um projeto em si específico de inclusão educacional, mas o que existe são as atividades que são realizadas dentro do ppp voltadas para a inclusão. É efetivado dentro de sala de aula, os professores tem autonomia para desenvolver as atividades que vão fazer parte do projeto de inclusão, o que existe em termos é a parte do ppp que a gente trabalha de fato com a inclusão. (Coordenadora entrevistada, 2019).

É importante ressaltar também que a escola destaca a importância da inclusão da família e da criança autista dentro do processo de ensino-aprendizagem, porém ocorre que não existe uma prática que efetive tal processo, ocorrendo assim apenas o reconhecimento evidente pela coordenação da escola. Segundo a coordenação pedagógica:

É um processo importante, essa parte da inclusão e do acolhimento. Essa colaboração, esse trabalho conjunto da família com a escola vai proporcionar o desenvolvimento da criança e vai ajudar a criança a ter um desenvolvimento efetivo. Tem que ter um trabalho em conjunto da família com a escola e da escola com a família para a

criança ter o desenvolvimento, caso contrário eu creio que a criança vai regredir. (Coordenadora entrevistada, 2019).

Dada tanta importância para o processo inclusivo torna-se contraditório não existir um trabalho prático que envolva a família e a criança autista dentro do ambiente escolar. É visível que as escolas proporcionam um ambiente acolhedor para os alunos, nos dois casos é possível identificar essa questão, mesmo com as dificuldades encontradas durante o cotidiano escolar, é notório que as escolas buscam promover um espaço capaz de acolher as crianças autistas.

[...] a escola sempre acolheu ele bem, nunca teve nenhum problema. A coordenadora, a equipe da secretaria, até as serventes tentam de alguma maneira incluir ele [...]. A escola em si me ajuda muito e depois desse ano só veio professor abençoado e a cuidadora também, [...] todos tentam acolher ele da melhor maneira que podem. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

[...] nunca tivemos problemas nessa escola, tanto que ele já estuda desde pequeno aqui. [...] Ele tem um tratamento diferenciado, depois que o laudo chegou as coisas se tornaram mais flexíveis para ele. [...] eles entenderam que é um mundo diferente e que ele precisava de cuidados diferentes, [...] tudo foi um processo que eles também ajudaram, houve a mudança dele para melhor. (Segunda mãe entrevistada, 2019).

Porém, em se tratando do acolhimento pensado no decorrer deste estudo, observa-se que as instituições de ensino não possuem o acolhimento para esses pais, pois não os ajudam a entender a deficiência que os filhos apresentam, não tiram as dúvidas acerca da deficiência dentro do processo de ensino-aprendizagem e não possuem um espaço para acolhê-los dentro desse contexto educacional perante a deficiência das crianças.

Restrito a ele não, eu participo da programação normal da escola, mas dizer que eu tenho um acompanhamento diferenciado por ele ser autista, isso não. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Ocorre ainda que tal preocupação não é levada em consideração, pois não existe ainda a noção da importância de tratar o assunto dentro do contexto educacional, de modo que a temática ainda é pouco conhecida pelos pais e pela direção escolar, porém observa-se a necessidade da implantação da prática acolhedora dentro desse ambiente em diversos momentos nas falas das entrevistadas.

Sim, a inclusão é muito bonita no papel, mas a gente sabe que tem custos muito altos, que exige muito, então eu vejo que eles se esforçam muito, não só na escola, mas em todas as instituições que ele frequenta. A gente sente necessidade sim desse acolhimento em todas essas instituições. (Segunda mãe entrevistada, 2019).

Sim, ele faz acompanhamento em Belém e no hospital tem esse acolhimento, a equipe que trabalha isso com os pais. Eu queria muito participar e não tinha como pra mim. Ia melhorar muito a minha convivência até com ele. Sem sombra de dúvidas seria muito importante, é muito necessário. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Diante de suas considerações feitas ao longo da entrevista realizada, as mães sugerem algumas melhorias necessárias. No primeiro caso, a mãe começa sugerindo que:

[...] no ato da matrícula, quando tu fala que o teu filho é autista, eles deveriam pensar em uma forma de se preparar para isso, porque eles precisam de cuidados diferenciados, a começar pela cuidadora que é uma dor de cabeça para conseguir. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Indo além quando reflete acerca da preparação que a escola precisa ter para acolher a criança autista. Segundo ela, a escola deveria olhar com mais carinho para o caso dos alunos deficientes, pois o que ocorre de fato é que as instituições escolares levam o assunto de qualquer maneira. A melhor preparação das instituições de ensino para lidar com alunos deficientes, precisa ser pensada, pois a escola é o principal ambiente de socialização no início da vida, segundo ela:

[...] a mudança tem que ser no geral, mas assim, a escola é o primeiro contato que o ser humano tem para criar a personalidade, para criar a identidade, vem de casa, mas a escola ela também influencia. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

Na segunda entrevista com a mãe da criança autista, ela reconhece que a inclusão é importante, porém ressalta que sua implantação efetiva demanda altos custos. É interessante perceber que em sua fala ela ressalta o esforço da escola, porém a questão de auxiliar o aluno no processo de aprendizagem de maneira a inclui-lo, independente de qualquer característica que ele apresenta, é dever da escola, além disso, ela sugere que é preciso que a sala multifuncional seja usada visando à melhoria no desenvolvimento do filho dela.

Tais mudanças só poderiam ser efetivadas a partir da melhor compreensão do que de fato é o autismo. Observa-se no decorrer das entrevistas que o conhecimento acerca desse mundo singular ainda é pouco dentro das instituições de ensino e que a falta de informação prejudica o acolhimento ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Percebe-se que a escola ainda é leiga dentro do modo que o Transtorno do Espectro Autista se manifesta.

[...] professor não saber nem o que é autismo, da cuidadora nem saber o que é autismo, ela chegar para mim e perguntar “ai mana, o que é que eu faço com ele, porque eu não sei como é esse negócio de autismo”. [...] Se a escola fosse realmente preparada para isso, mas nem o professor é, quando o professor pega uma criança autista não sabe o que fazer, alguns correm atrás. (Primeira mãe entrevistada, 2019).

O despreparo da escola diante do conhecimento das diversas deficiências faz com que o processo de aprendizagem seja mais dificultoso e doloroso para a criança, se expandindo na maneira em que o professor vai ensinar e lidar com aquele aluno deficiente. Sem o suporte teórico e metodológico necessário para desenvolver o trabalho pedagógico, o professor acaba ficando desorientado e sem saber o que fazer diante da situação complexa do aluno com autismo, nesse ponto entende-se que é compreensível, pois a realidade do transtorno ainda é difícil de ser compreendida, porém é importante que a instituição escolar trabalhe juntamente com o professor em busca do avanço na aprendizagem das crianças. Além disso, a falta de conhecimento das deficiências implica negativamente no relacionamento da escola com a instituição familiar, de modo que se torna difícil trabalhar para a busca da autonomia do sujeito deficiente e implica em enxergar a possibilidade de que a pessoa deficiente consiga avançar de maneira significativa no âmbito educacional.

Sendo assim, para que ocorra a eficácia no desenvolvimento e na aprendizagem da pessoa autista, é imprescindível que as instituições escolares busquem conhecer as principais características do transtorno e busquem promover formações para todos os profissionais que trabalhem na escola a respeito da temática, além de trabalhar juntamente com a família para desenvolver práticas que contemplem o significativo avanço no desenvolvimento e na aprendizagem da pessoa deficiente. Dessa forma, o trabalho pedagógico poderá ser desenvolvido de maneira mais significativa e proveitosa para os pais e para as crianças autistas.

III DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Nesta seção são tratadas primeiramente, as discussões feitas a partir dos dados coletados no decorrer das entrevistas adquiridas. Bem como, posteriormente são feitas as devidas conclusões relacionadas às reflexões feitas até aqui. Dessa forma, a presente seção divide-se em dois subtópicos, o primeiro relacionado ao diálogo entre fundamentação teórica e dados coletados e o segundo referente à conclusão deste estudo.

1. A discussão da prática inclusiva e acolhedora no cotidiano educacional

Partindo do pressuposto que caracteriza a inclusão como, o principal meio que visa à articulação de elementos propícios a garantir o acesso e participação das pessoas com ou sem deficiência na vida em sociedade, torna-se de grande valia compreender que para o âmbito educacional a educação inclusiva é de grande importância para que os envolvidos no ambiente escolar sejam sujeitos presentes e ativos, afim de que as diferentes particularidades sejam levadas em consideração.

Segundo o Ministério da Educação (2007) ao refletir sobre a educação inclusiva, a define como “uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos”, nota-se neste aspecto que a educação inclusiva precisa ser democrática de modo que vise trabalhar em conjunto com toda a equipe escolar e com os pais dos alunos, a fim de garantir a permanência e a inserção social de todos os diferentes sujeitos que participam da instituição escolar.

Entretanto o que ocorre dentro do ambiente escolar, em muitos casos é a distância entre aquilo que é previsto pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/15) que assegura em seu artigo 27 “o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida” e a realidade vivenciada no cotidiano educacional que muitas vezes não disponibiliza o mínimo recurso possível para que aconteça verdadeiramente a educação capaz de contemplar a todos os sujeitos participantes desse processo.

Assegurar os recursos necessários para que a educação inclusiva aconteça não se limita apenas a materiais pedagógicos e a estruturas escolares acessíveis, mas se estende a garantia de profissionais capacitados para atuar dentro e fora de sala de aula. Devido a grande dificuldade e falta desses profissionais capacitados, ocorre

que em muitos casos, aqui tratado os de pais de alunos deficientes, é perceptível a exclusão das instituições de ensino ao cogitarem a possibilidade de receberem alunos que exigirão um trabalho pedagógico mais detalhado.

Um processo que já vem sendo traumático por conta da dificuldade em diagnosticar qual o tipo de deficiência que as crianças apresentam, pela aceitação do diagnóstico dessas deficiências e por outros fatores sociais, se torna mais difícil e muitas vezes constrangedor para as famílias dessas crianças. Em se tratando de autismo, é comum o diagnóstico ser tardio, segundo Serra (2010) os médicos encontram dificuldades em concluir o laudo antes dos 3 anos, isso se dá devido à complexidade do transtorno e a pouca linguagem das crianças desta faixa etária, em muitos casos o que acontece é a suspeita dos pais e dos professores que algo se difere, seja no comportamento ou na fala, diante dessa demora é comum suspeitar que sejam uma infinidade de possíveis deficiências ou transtornos, fazendo assim o caminho até o laudo ser duradouro e angustiante.

Ao chegar à escola com o laudo em mãos, ocorre em muitos casos que a escola não consegue desenvolver um espaço que tranquilize os pais diante das expectativas para o futuro dos filhos. Essa problemática acaba interferindo na maneira em que pais e filhos são recebidos dentro do ambiente escolar e a possibilidade de se tornar um ambiente acolhedor acaba sendo distanciada da realidade vivenciada. Dessa maneira, é importante pensar na melhoria da preparação escolar para lidar com as diferentes deficiências, de modo a considerar o ambiente educacional como propício para o acolhimento das famílias das crianças deficientes, assim o trabalho de ensino-aprendizagem poderá ser mais harmônico para ambas as instituições.

Além disso, é fundamental assegurar os direitos dos cidadãos com deficiência, visto que dentro do Paradigma de suportes o laudo que confirma o diagnóstico do tipo de deficiência que o sujeito apresenta, (Aranha, 2001), é o principal meio que garante o acesso aos serviços necessários para a boa vivência social desta pessoa, aqui se destaca os direitos e políticas públicas direcionadas à pessoa deficiente e sua inclusão dentro dos diferentes espaços sociais. Indo, além disso, é necessário garantir também o acesso a tudo que a sociedade oferece, independente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que ela ocasiona no cidadão.

Dentro desse contexto, é importante retomar a discussão acerca dos diferentes paradigmas que o histórico da inclusão vivenciou, destacando o Paradigma de

suportes e o Paradigma de serviços, devido a forte presença de ambos dentro da pesquisa realizada. Nota-se nas falas das entrevistadas, a grande dificuldade na maneira de lidar com as diferenças apresentadas pelas crianças, principalmente no problema da segunda mãe de falar sobre a deficiência do filho e no comportamento do pai da criança do primeiro caso, ao negar as diferenças que seu filho apresentava. Essa visão preconceituosa que trata a diferença como uma doença, é própria do Paradigma de Serviços (Aranha, 2001), o qual ainda influencia, em alguns casos como os citados, a maneira que o deficiente é visto diante da sociedade, mesmo após aproximadamente 15 anos da implantação de políticas públicas de educação voltadas para as pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Por isso, o papel da escola no enfrentamento e esclarecimento dessas questões, é de fundamental importância.

Diante disso, é notório que lidar com as particularidades da criança autista ainda gera certo desconforto para algumas famílias e espanto dentro dos ambientes de convívio social externos, principalmente quando pensamos acerca das estereotípias particulares de cada autista. Partindo dessa problemática, percebe-se que ainda é bastante forte a corrente de integração, fundamentada na ideologia da normalização presente no Paradigma de Serviços, (Aranha, 2001). Dentro do segundo caso estudado, a mãe relata que ainda sente dificuldade em lidar com as estereotípias dentro de ambientes públicos, diante disso é perceptível que a não normalidade gera desconforto e em alguns casos ainda não é bem vista, de maneira que o comportamento diferente é notado e a ideia de “modificá-los” para que se aproximem do mais normal possível, ainda é considerada para alguns indivíduos.

A escola como ambiente social não está isenta desta perspectiva que ainda parece ser enraizada na sociedade contemporânea. A necessidade de normatização do sujeito parece ser levada em consideração dentro do ambiente educacional, por conta disso, notou-se em ambos os casos que algumas instituições ainda não estão adeptas a lidar com a criança deficiente, principalmente se tratando de autismo. Quando as crianças não correspondem da maneira que a escola espera, diante das situações cotidianas, as instituições parecem não saber ao certo buscar maneiras de incluir o aluno, nota-se que é neste momento em que as situações de exclusão acontecem nos dois casos estudados.

Esse pensamento acerca da postura que as instituições de ensino vêm tomando ao longo do tempo, é reflexo de uma ideologia baseada em princípios opressores

onde o deficiente é colocado, desde os primórdios, em uma condição de segregação devido às práticas de homogeneização do sujeito construídas e delimitadas a partir de um modelo de normalidade que possui como principal referência, o princípio da individualidade e da competitividade. Esse ponto de vista estigmatizou o deficiente como seres diferentes e excepcionais, de modo que de acordo com Costa e Turci (2011, p. 3763), “perderam o direito à autonomia intelectual, e em muitos casos perderam o direito à dignidade humana, e até mesmo a sua condição de ser humano, ao serem intitulados como seres vegetantes”. Dessa forma, não se pode construir uma escola inclusiva palpada em ideais opressores que distanciam o sujeito da educação libertadora, conforme Freire (1987) “a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização”.

A instituição escolar ainda é um lugar longínquo para essas questões, pois parece não existir o devido preparo para lidar com essas crianças, se distanciando dos princípios básicos da inclusão escolar discutidos nos ideais de Freire que visam uma autêntica pedagogia da inclusão, formulada a partir de princípios de “dialogicidade, que em sua práxis libertadora [...], reconstrói a alteridade [...], ao reconhecer as diferenças de desenvolvimento físicas, sensoriais e intelectuais, como tantas outras diferenças que constituem os homens, e os caracterizam como humanos” (COSTA E TURCI, 2011, p. 3767). Sendo assim, notou-se dentro da primeira entrevista realizada, a forte presença dessa perspectiva opressora da escola, principalmente quando a mãe relata a falta de preparação para resolver questões que envolvem as necessidades educacionais especiais da criança autista.

A escola é reflexo da atual conjuntura que a sociedade vivencia, essa adequação diante das particularidades do autista perpassa pela mudança sócio-político-cultural, (Costa e Turci, 2011), onde o desenvolvimento educativo dessas crianças possa ser direcionado pela perspectiva da igualdade de oportunidades e pela valia dos direitos previstos nas leis e decretos específicas do deficiente, baseados no acesso e permanência efetivos para a educação de qualidade para todos, independente, das características e particularidades dos sujeitos; distanciada de discriminações e preconceitos específicos da condição física, sensorial ou mental diferentes dos outros alunos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência de 6 de Julho de 2015, prevê em seu inciso XIII do Art. 3º que o profissional de apoio escolar “atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária” principalmente aquelas em que envolvem a alimentação, a higiene e a locomoção do aluno deficiente, não sendo exigida nenhuma formação específica deste profissional para trabalhar com as especificidades educacionais deste aluno. Percebe-se no decorrer dessa legislação, que o profissional de apoio ainda é uma profissão pouco regulamentada e que não demanda tanto da pessoa que se candidata a esta vaga, diante disso, algumas problemáticas são encontradas dentro do cotidiano escolar, devido a esta “falha” na contratação destes profissionais. Essas questões ficam evidente dentro do contexto da primeira entrevista desenvolvida, diante da realidade da criança autista, a profissional de apoio questionar a mãe acerca do que fazer com aquela criança, nos retrata que é necessário um conhecimento acerca da deficiência que a pessoa que irá exercer o cargo terá que lidar, além de ter a sensibilidade mais aguçada, pois é fundamental, nesta profissão, que haja empatia e capacidade para buscar desenvolver um trabalho mais eficiente, evitar situações excludentes, como a descrita e propiciar a efetiva inclusão.

Segundo a reflexão realizada no decorrer deste estudo acerca do acolhimento educacional essa prática é vista como primordial para a garantia da melhoria do ambiente escolar e para todos os envolvidos neste processo, buscando priorizar a sensibilidade no atendimento dos pais e na prática pedagógica desenvolvida em sala no decorrer do processo educativo, bem como o contexto histórico-cultural vivenciado por familiares e alunos deficientes que permitirá que o processo educativo busque a formação conjunta da consciência e da personalidade, e principalmente a subjetividade de cada sujeito que adentra a escola buscando compreender que cada um traz consigo histórias de vida diferenciadas.

Devido esta prática não ser discutida dentro do espaço escolar, a pesquisa mostrou que nem os pais e nem a escola conseguiram entender, de fato, o conceito de acolhimento apresentado neste estudo. A importância de compreender o papel da escola dentro do processo de aceitação do diagnóstico da família, ainda parece ser uma prática distante dentro do ambiente escolar, em contrapartida a necessidade da implantação do acolhimento educacional, é sentida em diversos momentos nas falas das mães entrevistadas, reconhecida como fundamental dentro

da entrevista com a coordenadora pedagógica e percebida através da reflexão dos resultados encontrados.

A perspectiva do acolhimento educacional está relacionada à humanização dos participantes do processo de ensino-aprendizagem dentro da instituição de ensino, de modo que eles vivenciem a verdadeira inclusão dentro deste ambiente e se sintam acolhidos. Nesse contexto, Spagolla (2008), é importante que a visão da escola sobre esses participantes do processo seja diferenciada, de modo que ela os compreenda como sujeitos detentores de humanidade, e seja organizada a partir da preocupação com o ponto de vista da dimensão emocional e afetiva como fundamental para o desenvolvimento do aluno, para a formação da equipe escolar e para o atendimento aos pais. Diante desse aspecto, as duas mães entrevistadas se sentem acolhidas dentro das escolas de seus filhos. A primeira mãe entrevistada relata que se sente segura e mais tranquila em relação ao tratamento da equipe escolar com ele, tanto que em sua fala ela transparece a segurança quanto ao autismo e a maneira que a escola trabalha com ele. A segunda mãe relata que ela e seu marido recebem tratamentos diferenciados pela escola, por seu filho ser autista. Então nota-se que as escolas em questão procuram proporcionar um ambiente humanizado que entende esses sujeitos enquanto seres humanos, detentores de direitos, que respeitam os alunos e consideram suas singularidades, e que mesmo com problemas buscam o tempo todo promover essa inclusão. Incluir não é só garantir um ambiente adequado, é desejar construir esse ambiente.

É perceptível, neste aspecto que em alguns momentos há uma confusão diante dos conceitos de inclusão e acolhimento, comum diante da novidade do assunto para fins educacionais. Em alguns períodos das entrevistas, é perceptível que os sujeitos reafirmam a necessidade e importância da implantação da prática do acolhimento e, em outros, eles falam que se sentem acolhidos. É marcante na pesquisa com as mães, o destaque dado para a maneira que a prática ajudaria na relação delas com os filhos e que há a necessidade dos demais ambientes sociais pensarem essa prática, dentro dessa mesma questão, a coordenadora ressalta que a prática acolhedora ajudaria principalmente na informação para os pais sobre a deficiência dos filhos. Quando ressaltam essas necessidades, os sujeitos questionam a falta do acolhimento dentro do ambiente educacional, porém ocorre que como demonstrado neste estudo, essa prática é preocupação do ambiente hospitalar, sendo este um estudo recente deste assunto para os fins educacionais.

Receber as famílias dos alunos dentro do contexto educacional requer atenção e um processo de conhecimento do sujeito, suas limitações, seu nível de aprendizado e principalmente sua história de vida, além da necessidade de trabalho conjunto das duas instituições sociais, de modo que a escola conheça momentos fundamentais para o processo educativo da criança, levando em consideração principalmente o período de constatação do diagnóstico, onde em geral, as famílias ficam desorientadas quanto à perspectiva de futuro para aquela criança. Assim, é imprescindível que a família seja orientada quanto às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do deficiente, (Glat, 2012).

A escola pode ser o espaço capaz de promover essa orientação, principalmente no que tange a aprendizagem dessas crianças, porém, a pesquisa nos mostra que há certa dificuldade da escola em ajudar as famílias neste aspecto. Na fala da segunda mãe, fica evidente que ela teve que estudar por conta própria o que era o autismo e a instituição de ensino, neste caso, parece ter sido ensinada por ela a respeito do transtorno, quando o que deveria acontecer era o movimento contrário, onde a escola auxilia a família. É interessante destacar que quando a escola pensa no bem estar da criança e pensa no ser humano com deficiência, percebe-se o sentimento de satisfação das mães, nota-se que as dificuldades em se ter um filho com deficiência diminuem, Glat, (2012) ressalta que:

Numa orientação de parceria, a família, independente de seu nível socio-cultural, é considerada elemento integrante, atuante e com poder decisório, na organização e implementação do atendimento. Só assim fortalecida e empoderada, a família poderá sair de sua posição de passividade depressiva, estimular o desenvolvimento de seu filho, e atuar em sua comunidade promovendo uma política social de respeito e valorização à diversidade humana. (GLAT, 2012, p. 324).

É importante que o trabalho em conjunto aconteça de forma em que, segundo Glat (2012), as relações sejam construídas levando em consideração, as expectativas e os objetivos que ambas as partes pretendem alcançar, de modo que sejam compreendidas e acordadas, dessa maneira, a prática acolhedora e inclusiva poderá ser suscetível a maior chance de eficácia dentro do contexto educativo. Assim, foi possível notar que as escolas em questão, se preocupam com a estadia e o bem estar dos alunos, de modo que a ideia de inclusão enquanto direitos parece ser bem compreendida. Embora as instituições de ensino precisem ser mais bem preparadas, em questões de formar sujeitos conscientes, capazes de respeitar as

diferenças do outro para que no futuro sejam cidadãos mais reflexivos e críticos, buscando uma sociedade mais inclusiva e acolhedora, elas parecem almejar essa formação mais adequada em relação ao respeito às diferenças.

A partir dos resultados da pesquisa foi possível notar que a principal necessidade enquanto a implantação do acolhimento dentro das instituições de ensino, ainda é técnica e estrutural. Mesmo que seja reconhecida sua importância, ainda é recorrente sua estadia em segundo plano, ficando notória, na fala da coordenadora a importância desta prática e ao mesmo tempo o descaso com tal assunto, de modo que parece sempre ter algo anterior a ela que precisa ser realizado ou efetivado. O apoio da escola é fundamental, fica claro que em ambos os casos as mães se sentem “acolhidas”, neste aspecto, elas se sentem bem no ambiente escolar de seus filhos, porém tratar bem não é o acolhimento refletido neste estudo. Se de fato a ocorrência dele fosse existente, principalmente no momento do diagnóstico, a segunda mãe não teria chorado e negado o autismo por tanto tempo, pois diante dessa situação, ela receberia o apoio e ajuda da escola. Segundo o estudo de Glat (2012) o trabalho de diversos profissionais com a família e o estímulo a sua inclusão ativo desde o período da comprovação do diagnóstico, institui fator decisório “no processo de desenvolvimento global da pessoa com deficiência, na construção de sua individualidade, bem como de sua futura inclusão e participação social”, ou seja, acolher é quesito fundamental para que o processo de desenvolvimento do sujeito e da aceitação e tomada de decisão das famílias, seja o mais proveitoso e que vise a melhor condição de vida da pessoa deficiente.

Refletindo acerca do acolhimento tratado aqui, a escola precisa de um programa de acolhimento, onde primeiramente trate da recepção do aluno e dos pais que já possuem o diagnóstico, dentro dos resultados da pesquisa, percebeu-se que todos os primeiros pais sentiram falta de saber a maneira que a escola trabalhará com seu filho durante todo processo educacional; e após reflita, acerca de um programa de recepção dos pais que acabaram de receber o diagnóstico. Em todos eles, é importante que a instituição de ensino proporcione um momento em que os pais possam falar de si, de suas dificuldades e problemas, uma oportunidade de serem ouvidos dentro da instituição educativa, de modo a explanarem seus objetivos e expectativas em relação ao processo de ensino, além de explicarem os diagnósticos de seus filhos. É imprescindível também que neste momento a escola explique como será o trabalho com os filhos e de que maneira a família poderá ser envolvida nesse

processo, para que não ocorra à centralização da formação escolar apenas na instituição educativa, deixando de lado a cooperação de ambas às instituições sociais, assim será possível que a reflexão acerca do processo educativo seja efetuada ao longo de todo o período, evitando que esse momento aconteça apenas quando a falta de adaptação dos filhos ocorre e quando o comportamento deles se torna tido como alarmante.

CONCLUSÃO

O presente estudo é produto de uma reflexão teórica e uma pesquisa prática acerca da perspectiva acolhedora dentro do ambiente escolar, tendo chegado aos seguintes resultados: o autismo ainda é um transtorno pouco conhecido, a dificuldade em entendê-lo começa a partir do diagnóstico tardio e implica no desenvolvimento educacional eficaz da criança com TEA; embora a sociedade reflita bastante acerca de trabalhar práticas pedagógicas inclusivas, nota-se que essa realidade ainda é bastante comprometida dentro das instituições de ensino percebe-se que o acolhimento é pouco conhecido no ambiente educacional, porém fica claro que sua execução é uma prática necessária, que possibilita a aceitação da pessoa com deficiência no seio familiar e que pode diminuir o impacto da descoberta da deficiência para a família. Entretanto ocorre que a implantação do acolhimento ainda é uma realidade impensada dentro do ambiente educacional, sua implantação pode sim trazer melhorias para a inclusão da pessoa com deficiência e auxiliar na parceria entre família e escola.

Pude notar que a sociedade pouco sabe lidar com as necessidades educativas e singularidades do autista, principalmente quando se trata das estereotípias, que infelizmente são vistas com olhar de estranheza e preconceito. Por apresentarem uma diversidade de comportamentos que se diferenciam em muitos pontos de um autista para o outro, o processo educativo se torna mais trabalhoso, exigindo o conhecimento e a compreensão de características fundamentais da personalidade e vivência social do indivíduo.

Observei com os estudos e com as entrevistas realizadas que existem leis que amparam a pessoa deficiente em diversos aspectos dentro da sociedade, porém em se tratando de inclusão, torna-se primordial que a busca pela melhoria e estrutura desta prática seja mais frequente, de modo que comece a se pensar nos sujeitos como seres detentores de histórias de vida diferenciadas que precisam ser bem acolhidos no contexto educacional. A legislação ainda precisa focar em políticas sociais efetivas e não em políticas apenas assistencialistas e de integração que visem somente à inserção da pessoa deficiente dentro dos diversos ambientes sociais, mas que garantam a acessibilidade destes ambientes e a real inclusão das pessoas.

Esse acolhimento é peça fundamental para que o meio educacional seja capaz de facilitar a inclusão e a aceitação dos sujeitos envolvidos, de maneira mais significativa e humanizada, porém puder perceber que ainda há muito a se fazer para que de fato isso aconteça. Assim é primordial destacar que considerar os aspectos do acolhimento e da inclusão dentro do contexto escolar, é tarefa que exige um olhar mais direcionado para a realidade histórico- cultural dos sujeitos que vivenciam este espaço, de maneira que se torne possível priorizar as relações humanas, pois elas permitem o contato do autista com o mundo que os rodeia além de influenciarem em seu desenvolvimento; conhecer suas histórias de vida que em grande parte dos casos são repletas de descaso e exclusão das instituições e sujeitos sociais e visar à intervenção que envolva o acolhimento e a inclusão como direcionamentos para a efetivação desta atuação.

Em se tratando das principais inquietações deste estudo, pude notar que o processo de acolhimento dentro do contexto escolar ainda é uma realidade que caminha a passos lentos, principalmente pela confusão de conceitos que acaba acontecendo em alguns momentos, mesmo que o seu papel seja reconhecido como essencial, sua efetivação é levada para segundo plano, pois sempre há outras coisas a serem realizadas. A inclusão é presente dentro de ambos os ambientes escolares, porém em algumas situações ela parece ainda não ser tão bem estruturada, de modo que a falta de conhecimento sobre o TEA é um empecilho muito presente para que o espaço escolar seja de fato um ambiente inclusivo para as pessoas autistas.

Foi possível entender também que os efeitos das práticas que refleti aqui, causam na vida das famílias e das crianças autistas, se efetivados de maneira mais cuidadosa, ajudarão principalmente na parceria entre a escola e a família, onde o trabalho pedagógico acontecerá de forma mais positiva, pois ao conhecer seu aluno desde o começo do processo de ensino-aprendizagem no ato da matrícula, a escola poderá melhor se preparar para trabalhar de maneira mais inclusiva e acolhedora com os alunos autistas, além de permitir a ajuda na busca pela aceitação do filho deficiente, quando necessário e no conhecimento dos direitos específicos da pessoa deficiente.

Pude perceber que as instituições de ensino procuram fazer muito, mesmo com as dificuldades existentes, elas buscam promover um ambiente confortável para pais e crianças, que visa o respeito aos alunos e que mesmo com os problemas

presentes, elas procuram a todo tempo desenvolver a inclusão. Além disso, elas parecem ser conscientes da importância de promover, o que elas entendem por acolhimento, e a inclusão ao longo do processo de ensino-aprendizagem com a criança autista.

Destaco aqui que esta pesquisa me permitiu olhar a educação das crianças autistas com mais atenção, principalmente no que diz respeito ao modo como elas estão sendo tratadas dentro do ambiente educativo. É válido destacar que a partir deste estudo outras inquietações me surgiram, principalmente em questão aos cuidados que o profissional de apoio destas crianças vem tendo com elas, em geral essa é uma problemática quase que anual para as mães das crianças autistas; no modo como a avaliação educacional e o programa de inclusão escolar são realizados, pois deixar esses processos todos a cargo do professor, de modo que a escola não acompanhe efetivamente, gera um processo de acomodação e descaso, conseqüentemente a criança acaba sofrendo a exclusão dentro da sala de aula e no ambiente escolar. Entretanto, considero estes estudos fundamentais para outra reflexão à frente.

Por fim, gostaria de evidenciar que o estudo desenvolvido aqui deixa em mim grande satisfação, primeiramente por ter sido alcançado os objetivos que a pesquisa trouxe como norteadores desde o princípio e principalmente por construir em mim uma nova parte da minha reflexão enquanto pedagoga, a que se preocupa com a efetivação da inclusão e do acolhimento dentro dos ambientes de ensino, visando promover a construção de sujeitos humanizados diante das situações do outro, construção essa que se estende ao convívio social.

APÊNDICE

Roteiro para entrevista com a família:

1. Quantos anos seu filho tem e há quanto tempo é diagnosticado o autismo?
2. Como foi a descoberta do autismo e como foi o processo de aceitação?
3. Como ocorreu o processo de decisão da inserção da criança na escola regular?
4. De que maneira foram recebidos na escola?
5. Houve a necessidade de procurarem mais escolas por algum tipo de exclusão do filho de vocês?
6. De que forma aconteceu a adaptação do filho de vocês na escola?
7. Vocês notaram alguma preparação da escola para acolher essa criança de maneira inclusiva?
8. Existem dificuldades que ainda enfrentam com a instituição até hoje?
9. Vocês sentem que essa criança é acolhida na escola?
10. Vocês notam algum tipo de acolhimento da escola com a família?
11. Em sua opinião, como deveria acontecer a recepção da criança autista na escola?
12. Você sente necessidade de um procedimento de acolhimento para os pais e para as crianças autistas?
13. Diante de tudo que vocês vivenciaram ao longo desse processo, quais mudanças vocês propõem?
14. Como essas experiências dentro do ambiente educacional poderiam ter sido melhores?

Roteiro para entrevista com a coordenação pedagógica:

1. Existe algum projeto de inclusão dentro da escola sendo efetivado?
2. Quantos alunos autistas frequentam esta instituição?
3. Existe algum projeto específico para lidar com a criança autista?
4. A realidade da criança autista é complexa e singular, como a escola vem se preparando para dar suporte no processo de aprendizagem dessas crianças?
5. Como a escola lida cotidianamente com as necessidades do aluno autista fora da sala de aula?
6. Como a escola pensa a inclusão da criança autista e de seus familiares, ao longo do processo de ensino-aprendizagem?
7. Enquanto Coordenadora Pedagógica qual a sua opinião acerca da implantação de uma prática acolhedora para as famílias dos alunos autistas dentro dessa instituição?
8. Essa prática acolhedora ainda é um assunto inovador dentro do ambiente de ensino, como você, enquanto parte da coordenação escolar, desenvolveria e implantaria essa prática?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- c) os métodos alternativos existentes;
- d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e
- i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisado.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação na Universidade Federal do Pará- Campus universitário de Abaetetuba. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) _____, cujo objetivo é compreender como acontece o processo de acolhimento e inclusão dos pais de crianças autistas, nas escolas de ensino fundamental, relatando os efeitos que tal processo ocasiona.

Sua participação envolve (uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 1 hora).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone _____ ou pela entidade responsável – _____, fone _____.

Atenciosamente

Nome e assinatura do (a) estudante

Local e data

Matrícula:

Nome e assinatura do (a) professor (a) supervisor (a)/orientador(a)

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivany Lima de. *Aprendizagem e Desenvolvimento da Criança Segundo As Teorias de Vygotsky*. 2013. Disponível em < <http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 7 de outubro de 2018.
- AMERICAN PSYCHISTRIC ASSOCISTION. *DSM – 5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. *Paradigmas da Relação da sociedade com as pessoas com deficiência*. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edi. 70, LDA, 1977.
- BEYER, Hugo Otto. *A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial*. INCLUSÃO - Revista da Educação Especial. p. 8 – 12. Julho, 2006.
- BOSA, A. C. Camargo, S. P. H. *Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura*. Psicologia e Sociedade, p. 65-74, 2009.
- BRASIL. *Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica*. v.1. coordenação geral SEESP/MEC: organização: Maria Salete Fábio ARANHA. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- _____. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. 8. ed., Brasília, 2013.
- _____. *Acolhimento na Gestão e o Trabalho em Saúde*. Ministério da Saúde, Brasília, 2016.
- _____. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da pessoa com deficiência*. Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015. Brasília, 2015.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*.v.16, São Paulo, 2005.
- CHUPEL, Cláudia P., MIOTO, Regina C.T., *Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde*. Revista Serviço Social e Saúde. UNICAMP. v. IX, n10. Campinas, 2010.
- COSTA, Maria da Piedade R. da, TURCI, Paulo C. *Inclusão Escolar na Perspectiva da Educação Para Todos de Paulo Freire*. In. VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial; VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2011. p. 3762 – 3774.
- DAVIM, RMB. *Acolhimento com Humanização*. Revista de Enfermagem, UFPE on line. Recife, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GALVÃO FILHO, T. A. et al. Conceituação e estudo de normas. In: BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Tecnologia Assistiva. Brasília: CAT/SEDH, 2009. p. 13-39. Disponível em. <<https://www.pessoa.comdeficiencia.gov.br>> Acesso em: 09 de maio de 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas,2008.

GLAT, Rosana, FERNANDES, Mascarenhas. *Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira*. Inclusão – Revista da Educação Especial. Outubro, 2005.

_____. *Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais*. In. MENDES, E. G. & ALMEIDA, M. A. (Org) A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação. Marília: ABPEE, p. 315-326, 2012 .

GÓMEZ, Ana M. S., TERÁN Nora E., *Transtornos de Aprendizagem e Autismo*. Cultural, S.A. São Paulo, 2014.

LEMONS, E.L.M.D.; SALOMÃO,N.M.R., AGRIPINO-RAMOS,C.S. *Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar*. Revista Brasileira da Educação Especial, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Jan.-Mar., 2014

MANTOAN, M.T. EGLÉR. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*. 1º Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

OMOTE, Sadao. *Estigma no tempo da inclusão*. Revista Brasileira da Educação Especial, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, Set.-Dez., 2004

ORRÚ, Sílvia Ester. *Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas*. *Humanidades Médicas*. v. 10, n. 3, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática* / Elisabete Matallo Marchesini. 6ª Ed. res. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

RAMOS, Maria Natália. *Para um melhor acolhimento para crianças deficientes*. Revista Portuguesa de Pedagogia. Coimbra, Salvador. p. 254-360, Set.1987.

RODRIGUES, O.M.P.R., MARANHE, E.A. *Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2007.

SERRA, Dayse. *Autismo, Família e Inclusão*. Revista Eletrônica Polêmica, Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março, 2010.

SILVA, Ivanir Gomes da. *Os desafios da escolarização da criança com Deficiência na pré-escola*. 2012. 34 f. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. UTFPR, Paraná, 2012.

SPAGOLLA, Rosimeire de Paula. *Afetividade: por uma educação humanizada e humanizadora*. Programa de Desenvolvimento Educacional –PDE. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Paraná, 2008.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 4ª edição brasileira. São Paulo, 1991.

